

Rauniceirias  
Part  
Dny

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO**

**ACTA Nº 53**

Aos quinze dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e noventa e três, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da sessão ordinária do mês de Abril, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais, João Ferreira dos Santos e Artur José Lopes Lobo, respectivamente Primeiro Secretário eleito e Segundo Secretário em substituição legal do respectivo titular e com a presença dos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, João Tavares Duarte, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, José Fernandes Pereira, Fernando dos Santos Silva, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, António Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha, Ester da Conceição Rocha Martins e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18,00 Horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Arede de Jesus, Élio Manuel Delgado da Maia, José Mendes Macedo Loureiro, Armando Manuel Dinis Vieira, Libério da Silva Santos, Rogério da Silva Leitão, José Carlos da Silva Neves, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, José Jorge da Costa Pôncio e Celso de Sousa Figueiredo Gomes.

*A. Silva* *Jorge Bastos*

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Celso de Sousa Figueiredo Gomes, João Ferreira da Peixinha, Fernando Tavares Marques, António Ferreira da Silva, Ester da Conceição Rocha Martins e Arlindo de Macedo Bastos, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Deu conhecimento ainda de uma carta enviada pela Comissão Política Concelhia do Partido Socialista a este órgão autárquico, a qual dá nota do pedido de demissão de militante daquele Partido, do Vogal Celso de Sousa Figueiredo Gomes, que assim deixa de pertencer ao Grupo do Partido Socialista, neste órgão, desde o dia 12 do mês de Abril do corrente ano.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Jorge Nascimento.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, submeteu à discussão e votação as Actas nºs 50, 51 e 52:

ACTA Nº 50 - Retirada a fim de se elaborar um aditamento à intervenção do Vogal Manuel António, concretamente no parágrafo terceiro da página 22.

ACTA Nº 51 - Submetida à votação foi a mesma aprovada por vinte e dois votos a favor e três abstenções, sendo uma do P.S., uma do C.D.S. e uma do P.S.D..

ACTA Nº 52 - Submetida à votação foi a mesma aprovada por vinte e um votos a favor e quatro abstenções, sendo uma do P.S., uma do P.S.D. e duas do C.D.S..

Ainda no uso da palavra o Presidente da Mesa, declarou aberto o período de antes da ordem do dia:

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

No uso da palavra o Vogal José Luís Christo, começou por se referir à inauguração já anunciada do novo edifício da Biblioteca Municipal, manifestando por tal facto o seu regozijo, fazendo ao mesmo tempo votos para que tal infraestrutura

*Pring* *Maybach*

venha a melhorar ainda mais os serviços que a antiga biblioteca tem prestado à comunidade aveirense. Disse esperar ainda, que tal serviço venha a funcionar não apenas com os quadros adequados a um bom funcionamento, mas também que possa vir a ser dotado se possível, com exemplares que sirvam o maior número de utentes.

Relativamente à aquisição do Teatro Aveirense, por parte da Câmara Municipal, considerou que uma casa de espectáculos do género fará sempre falta a qualquer cidade, nomeadamente a Aveiro, esperando por isso, que após a sua compra, que a Câmara saiba fazer constituir um grupo de gestão que saiba também gerir aquela casa de espectáculos sem interesses economicistas, mas sim com o interesse de promover espectáculos que animem e cultivem todos os aveirenses.

Seguidamente a Vogal Ester Martins, começou por se referir às deficientes vias de acesso às Escolas de Esgueira, salientando que as mesmas são de facto complicadas e que em consequência disso, assistiu-se já no corrente mês ao atropelamento de um aluno na via férrea de que resultou a sua morte, o que chocou obviamente a opinião pública e em especial professores e alunos bem como funcionários daqueles estabelecimentos Escolares. Na sequência de todo este problema, o Conselho Pedagógico emitiu o comunicado que a seguir se transcreve: - "O Conselho Pedagógico da Escola Secundária Dr. Jaime de Magalhães Lima, reunido em plenário no dia nove de Junho de 1993, decidiu lavrar um protesto veemente face ao ocorrido no passado dia quatro de Junho e que provocou a morte de um aluno do sétimo ano desta Escola. É inadmissível a situação de insegurança que se vive nesta zona Escolar, quer a nível rodoviário, quer a nível ferroviário, neste último caso a Escola é impotente para resolver a frequência com que é utilizada a linha do comboio, quer por adultos, quer por crianças. Urgente se torna o estudo da situação das vias de acesso às Escolas e a segurança de todos os utentes, que permita soluções rápidas, satisfatórias e eficientes."

Proseguindo, deu também conhecimento de uma tomada de posição sobre esta matéria, pela Comissão de pais da referida Escola, posição essa que julga ter chegado ao conhecimento do Sr. Presidente da Câmara, que de igual modo se transcreve: - " Tem esta Associação de Pais e Encarregados de Educação, conhecimento de um projecto de abertura de uma Rua nas trazeiras da Escolas Preparatória e Secundária de Esgueira, com saída entre estas e a Escola Primária, Rua essa, que poderia ser utilizada para entrada e saída de alunos, professores e funcionários das respectivas Escolas. É do mesmo conhecimento, que este projecto reconhecido por todos como absolutamente necessário e importante, aguarda resolução há anos. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que a entrada actual da Escola Preparatória e

*Almeida* *João Peixinha* *Abreu*

Secundária de Esgueira é feita para uma Rua muito estreita contígua à linha do Caminho de Ferro, sendo desta apenas separada por um muro frágil que todos os anos é construído e destruído, nunca permanecendo intergralmente de pé. Porque as crianças e adolescentes são naturalmente traquinas e inconscientes, é frequente vê-los passeando ao longo da via férrea apesar dos múltiplos avisos de pais e professores, sempre sujeitos a acidentes como o que vitimou no passado dia 4 de Junho um aluno da Escola Secundária de Esgueira que ali faleceu. Sabemos que não será apenas a abertura da nova Rua nas trazeiras das Escolas para entrada e saída obrigatória dos alunos que evitará novos acidentes, mas estamos certos que as probabilidades diminuirão concerteza. Assim, pedimos e agradecemos a V.Ex<sup>a</sup>, a rápida abertura desta nova via, bem como a sua influência junto da C.P., para que esta construa um muro seguro e coloque uma Passagem de Nível junto às Escolas, de modo a que no futuro não tenhamos por este motivo de chorar mais uma vítima."

Ainda no que respeita a matéria de acessos, referiu-se à Escola C+S de S. Bernardo, desejando que quando se iniciarem as aulas naquele estabelecimento, estejam ultimadas todas as vias de acesso, com vista à preservação da vida dos alunos que vão frequentar aquela Escola.

A finalizar e no âmbito do intercâmbio cultural e educacional de dimensão europeia, referiu que a Escola Secundária de Esgueira tem trabalhado muitas vezes em colaboração com a Câmara Municipal. Assim, disse que se elaboraram alguns projectos no ano em curso, os quais foram levados a cabo com as cidades geminadas, tendo-se também feito alguma coisa com outras cidades. Sobretudo porque a Câmara deu algum apoio no intercâmbio que se fez com a comunidade Valenciana (Espanha), manifestou o desejo de se elaborar um projecto conjunto que permita continuar esse intercâmbio, importando para tanto que a Câmara esteja presente neste projecto. Disse também que o Alcaide daquela cidade já manifestou interesse em que a iniciativa avance, referindo ainda que o Ministério da Educação dá o seu aval, pelo que mais uma vez solicitou o apoio da Câmara com vista à concretização do projecto.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Joaquim Abreu.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal João Peixinha, solicitou esclarecimentos, relativos ao ponto da situação do Pavilhão do Galitos e do Pavilhão do Inatel, considerando que se tratam de duas infraestruturas de que a cidade carece para a prática desportiva.

*A. King*      *Jorge*      *Bastos*

Prosseguindo, referiu-se aos passeios da cidade, concretamente aos da Rua Artur Ravara, considerando o trabalho ali efectuado uma autêntica "manta de retalhos", já que de um lado aplicaram-se blocos de cimento e do outro lado a tradicional pedrinha, que em sua opinião já foi famosa pelos motivos decorativos que dava aos passeios, arte essa que hoje em dia está praticamente moribunda e que urge recuperar, não dignificando por isso a cidade o trabalho que está a ser desenvolvido naquela artéria.

Alertou ainda para a necessidade de se rectificar o traçado da curva, junto ao Pavilhão do Beira-Mar, já que a mesma é constantemente palco de graves acidentes e salientou as dificuldades que os automobilistas têm ao mudarem de direcção no sentido Rua dos Galitos para o Largo do Alboi, atendendo a que a visibilidade da curva da ponte da Dobadoura fica dificultada em consequência dos arbustos do Jardim existente junto à referida Ponte, tornando-se necessário por isso, mandar proceder ao seu corte.

No âmbito da toponímia e atendendo a que talvez há um ano foi aprovado por unanimidade numa reunião da Câmara Municipal, uma rua com o nome de "Rua de Timor Leste", quis saber se existe já alguma artéria para a qual esteja previsto o referido nome.

Finalmente sugeriu que se mude a placa junto aos semáforos de Esgueira, indicativa das praias e do Porto Comercial e que actualmente está a canalizar todo o trânsito para o centro da cidade, podendo o mesmo ser canalizado através do I. P. 5, que fica a 50 metros do cruzamento onde a dita placa está colocada, descongestionando-se assim com esta medida o trânsito citadino.

Usando seguidamente da palavra o Vogal António Ferreira da Silva, referiu-se à Escola C+S de S. Bernardo e há necessidade premente de solucionar o problema do cruzamento que dá acesso à dita Escola, (cruzamento junto à Pastelaria Lusitânia) já que se trata de um local de grande conflito de trânsito e onde se têm dado graves acidentes, considerando por isso que a Câmara deve solucionar o problema antes da abertura daquele estabelecimento de ensino.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Arlindo Bastos e Victor Martins.

Seguidamente o Vogal Jorge Nascimento, referiu-se ao pedido de demissão do Engº Carlos Borrego, da pasta do Ambiente, considerando que o problema que gerou toda a situação tem o seu impacto político, todavia é de opinião que a demissão do dito Ministro é inadequada e que Aveiro deixar de ter no poder central um técnico

*F. Lima* *M. J. Costa*

como o ex-Ministro do Ambiente, uma vez que o mesmo é conhecedor dos problemas ambientais que afectam a região de Aveiro e certamente que se lá permanecesse se interessaria pelos mesmos.

No uso da palavra o Vogal João Tavares, começou por perguntar qual o ponto da situação, relativamente ao cruzamento do Olho de Água, dado que o mesmo nas actuais condições representa um perigo constante para a circulação do trânsito e ainda quanto às obras que vão do cruzamento de Mataduços para a variante, já que aquela zona apresenta uma lomba bastante acentuada, dificultando e colocando em perigo toda a circulação automóvel que por ali passa. Referiu-se também à necessidade que a freguesia de Esgueira tem na colocação de placas de trânsito, salientando mesmo que já por várias vezes fez sentir tal necessidade aos serviços municipais, porém até ao momento nada se fez para solucionar o problema. Ainda no que se refere ao Centro Social de Esgueira, agradeceu o apoio dado pela Câmara a nível de arranjos interiores os quais vieram dignificar ainda mais aquele estabelecimento, esperando que futuramente se continue apoiar aquela infra-estrutura. Prosseguindo, fez um apelo no sentido da Câmara proceder à abertura da artéria que foi pedida pela Associação de Pais da Escola Secundária de Esgueira, já no próximo ano lectivo, tendo em vista minorar os perigos na zona circundante do Caminho de Ferro. Finalmente, chamou atenção da Câmara, para que haja um certo cuidado no licenciamento de depósitos de materiais de construção, já que há determinadas artérias que são bastante estreitas e automaticamente esses materiais vêm dificultar ainda mais a circulação do trânsito.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Rogério Madail.

Seguidamente no uso da palavra e a exemplo daquilo que tem vindo a fazer em reuniões anteriores, o Vogal António Salavessa, lamentou mais mais uma vez o atraso que se verifica na realização das sessões da Assembleia Municipal, já que se está a meados do mês de Junho a dar início aos trabalhos da sessão ordinária de Abril. Assim, salientou que desde 25 de Março, portanto há quase três meses, que os membros da Assembleia não têm possibilidades de intervir sobre problemas de grande importância que entretanto têm ocorrido. Por outro lado, não é a carta que o sr. Presidente enviou aos deputados que vem alterar a situação, pois em sua opinião, a redacção da mesma nada esclarece. Por isso, considerou que tal atraso tira eficácia ao trabalho desta Assembleia, nomeadamente a Comunicação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que é de Abril e somente em Junho a mesma vai ser apreciada.

*Almeida* *ma* *part*

Continuando no uso da palavra, referiu-se ao período de discussão pública do P.D.M., destacando que a C.D.U., tomou posição pública sobre o assunto e considerou que houve falta de divulgação do dito período; de facto, os mínimos legais foram cumpridos, todavia, em sua opinião mal, já que o Edital de convocação do período de discussão pública do referido plano, não diz textualmente que decorre o período de inquérito público, cita apenas o artigo da lei, o que não é claro nem compreensível para o comum dos cidadãos. Criticou também a forma como o edital está redigido, já que o mesmo carece da palavra "solos" a qual em seu entender seria fundamental para despertar o interesse das pessoas para o problema, devendo o mesmo nessa parte ter a seguinte redacção "transformação dos solos". Em síntese, considerou que este período de discussão pública correspondeu à atitude geral da autarquia e dos órgãos autárquicos executivos, em relação ao processo do P.D.M., que cumpriu os mínimos legais, contudo na opinião da C.D.U., não foi cumprido o princípio de uma discussão participada que era importante que tivesse existido.

Finalmente e no que se refere à questão das taxas de saneamento, quis saber porque é que esta questão não está na ordem de trabalhos, uma vez que em seu entender tal como está redigido na acta da reunião de Câmara que aprovou algumas alterações, refere a mesma que se deve dar conhecimento do assunto à Assembleia, também por outro lado algumas questões que foram decididas, carecem em sua opinião da aprovação da Assembleia Municipal. Prosseguindo, salientou que no que respeita às alterações no âmbito desta matéria não se foi à questão de fundo, pois em sua opinião tomaram-se apenas duas medidas, isto é, reduziu-se uma das tarifas de 50 para 30 e a outra, isentou-se a taxa de consumo até 5m<sup>3</sup>. Assim no entendimento da C.D.U., esta última questão necessitava da ratificação da Assembleia Municipal. Considerou finalmente que as alterações feitas não dão resposta a questões levantadas por particulares que não têm posses financeiras para efectuarem a ligação do sistema de saneamento às suas habitações e não dão também resposta por exemplo a protestos que do seu ponto de vista lhe parecem legítimos por parte de comerciantes, principalmente os da indústria hoteleira que consideram gravosas para os seus casos as tarifas que estão a ser praticadas, por tal facto, referiu que necessitava para poder tecer novas considerações que houvesse uma resposta por parte da Câmara em relação a esta matéria, isto é, se a Câmara vai trazer o assunto à discussão deste órgão ou ainda se tem intenção de rever a mesma, visto que, pelo entendimento que fez da leitura da acta da Câmara que versa sobre a matéria o voto favorável de alguns Vereadores foi condicionado por uma revisão, querendo saber por

*Almeida*      *Barros*      *Barros*

isso se essa revisão vai ser ou não feita ou se os Vereadores que votaram a favor foram enganados nesse processo.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Óscar Paulo e Ernesto Barros.

Usando da palavra o Vogal Custódio Ramos, começou por se referir à questão do P.D.M., salientando que também o Partido Socialista, em comunicado público exigiu a prorrogação do prazo de discussão e da análise pública do documento. No entendimento do P.S., a forma como o referido documento foi colocado à discussão pública não foi a mais curial nem a mais correcta, entendendo mesmo que o foi de uma forma quase subreptícia, pelo que considerou negativo tal procedimento num sistema democrático, numa comunidade como Aveiro que tem uma tradição efectivamente liberal, de muita abertura, sendo por isso de opinião que é muito mau ter-se procedido à discussão e análise pública de um documento tão importante e com reflexos de igual modo importantes no futuro do município, daquela forma. Assim, lamentou que não se tivessem promovido debates sérios e esclarecimentos sobre a matéria, uma vez que se trata de um documento tão importante e tão técnico, pena foi que a Câmara de Aveiro não tivesse acedido às várias solicitações para o efeito das várias forças políticas, bem como de particulares e de associações etc., uma vez que tais debates e consequentes esclarecimentos. iriam concerteza dar contributos importantes para a matéria.

Prosseguindo e no que respeita aos Relatórios de Actividades e Contas de Gerência, disse que a Câmara apresentou tais documentos de uma forma desastrosa. Criticou ainda o facto de se ter entregue apenas um exemplar da Conta de Gerência a cada grupo político e quanto ao Relatório de Actividades criticou o facto do mesmo ter sido distribuído no dia da presente reunião, o que impossibilitará como é óbvio a sua discussão, já que o Regimento impõe que a distribuição de tais documentos seja feita com uma antecedência de quinze dias. Assim, protestou sobre a forma como esta Assembleia vem sendo tratado pela Câmara, denotando tal procedimento pouco apreço por esta Assembleia, equanto que os seus membros, com estes e outros argumentos, poderiam porventura ensaiar aqui a apresentação de um voto de censura. Todavia não o fazem, pois os seus membros como aveirenses, sempre com a sua lhaneza, sempre com a sua democracia e a sua forma especial de trato, assinalam a censura, porém não passam disso.

*Aveiro*      *Manuel António*      *Cardeira*

Finalmente e no que se refere a matéria que se prende com as tarifas de saneamento, avisou a Câmara de que também da sua parte o problema não está esquecido e que oportunamente a sua bancada voltará ao assunto.

Seguidamente o Vogal Manuel António, começou por se referir à morte de um aluno da Escola Secundária de Esgueira, na linha do Vouga, salientando que já por diversas vezes alertou a Câmara para o perigo que representa aquela via férrea junto dos estabelecimentos de ensino. Entende que é da competência da Câmara e é também uma exigência da população que o assunto seja resolvido de uma vez por todas, pois não se compreende como é que uma linha de comboio passa mesmo ao lado da escola e não haja sequer uma protecção. Assim, entende que se o muro de protecção é destruído pelos alunos torna-se necessário reconstruí-lo de novo, pois é natural que isso aconteça com crianças, agora não se pode estar a fazer com que as mesmas morram só porque passa um comboio junto à escola e a Câmara é negligente. Admitiu que a abertura de uma Rua por trás das escolas possa ser uma solução, no entanto é de opinião que o problema só fica totalmente solucionado, quando a linha do Vouga for completamente vedada ou desapareça daquela zona.

Referindo-se seguidamente à Feira do Livro, classificou-a de pobre, muito embora tenha sido melhor do que a do ano transacto, porém não deixou de ser uma pobreza, achando mesmo que há falta de interesse por parte da Câmara em relação a este certame, o que não acontece em relação a outros. A cidade tem assistido a muitas Feiras que são dignas dos aveirenses, todavia a Feira do Livro infelizmente não o é. Tem-se argumentado que a culpa do seu insucesso é dos Livreiros, todavia disse ter visitado por várias vezes a dita feira e pelo menos alguns livreiros estavam lá, no entanto a esse livreiros não lhes foram dadas condições mínimas dignas para poderem expôr os seus livros. No que se refere à parte da animação cultural da feira, a Câmara limitou-se a ter uma exposição estática, achando por isso que isto é muito pouco para uma feira do livro em Aveiro, e que a cidade merecia muito mais, principalmente no ano em que está a inaugurar a Biblioteca Municipal.

Terminadas as intervenções por parte dos vários Vogais, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para se referir ao problema da linha da C.P. que passa junto às referidas escolas, salientando que a Câmara já por várias vezes manifestou a sua preocupação e tentou junto da C.P. arranjar soluções, nomeadamente preconizando o isolamento total da linha. Disse ainda que a Câmara formulou este ano a candidatura para a construção de uma passagem superior, visando a supressão daquela passagem de nível junto às escolas de Esgueira, propondo também a vedação total da via até à zona do Caião, com vista a impedir que os alunos caminhem pela via férrea.

*F. Reis*      *João*      *Costa*

Relativamente à abertura da Rua que passará entre a Escola Primária e as Escolas Preparatória e Secundária, informou que a Câmara está neste momento a trabalhar num projecto global, todavia têm-se deparado algumas dificuldades que impedem essa abertura, nomeadamente uma fábrica de barcos de recreio que levanta sérios problemas à dita abertura, no entanto referiu que a Câmara vai assumir o compromisso de tentar estudar a possibilidade de fazer um desvio junto à fábrica.

No que se refere ao atraso verificado no envio do Relatório de Actividades, disse que o mesmo resultou fundamentalmente do facto de entender que o mesmo deveria ser reformulado; salientou também que teve a preocupação de enviar uma carta a todos os membros da Assembleia esclarecendo toda a situação, assumindo toda a responsabilidade política e tutelar pelo atraso verificado. Pediu desculpas e sublinhou que tal não significa de modo algum falta de respeito institucional nem pessoal pelos membros da Assembleia.

Prosseguindo e no que se refere ao P.D.M., disse que a Câmara teve o cuidado de o colocar num local que do seu ponto de vista lhe pareceu de grande acessibilidade (Salão Cultural da Câmara Municipal). Referiu que o mesmo teve bastante afluência de público mesmo depois da horas normais, uma vez que se dilatou o horário de encerramento do Salão. No que se refere à questão de haver ou não a promoção de debates públicos sobre a matéria, referiu que a opinião da Câmara, foi a de que não deveria ser esta a promover esses debates, já que o debate público na óptica da Câmara será na Assembleia Municipal. No que se refere à redacção dos editais, disse ser impossível estar-se a controlar todos os textos e a verificar se falta alguma coisa, nomeadamente quanto à palavra "solos" que de facto foi omitida. Destacou ainda que todo o procedimento inerente à apresentação do P.D.M., foi acordado com a C.T.A. (Comissão Técnica de Acompanhamento) e com a própria C.C.R.C. (Comissão Coordenadora da Região Centro). Informou também que a C.T.A. efectuou uma reunião para elaborar o parecer final, o qual posteriormente será dado a conhecer à Assembleia Municipal para aprovação. Ainda no âmbito desta matéria, lamentou que se tenha mais uma vez um problema pendente na Comissão Nacional da R.E.N., que depois da discussão da R.E.N. (Reserva Ecológica Natural), durante um ano, ainda não se pronunciou.

Relativamente aos acessos à Escola C+S de S. Bernardo, disse tratar-se de um problema difícil, no entanto espera que os serviços da Câmara dêem uma resposta adequada com vista à resolução do problema. No que se refere ao cruzamento Olho de Água/Mataduchos, informou que a Câmara dentro de quinze dias procederá à demolição do estabelecimento (Café), que estrangula aquele cruzamento à direita, e

*Almeida* *João Costa*

irá também tentar negociar a demolição de uma pequena casa no mesmo cruzamento, seguidamente aplicará semaforização no local.

No que respeita ao despejo de materiais na via pública, referiu alguma dificuldade em fazer esse controle, no entanto a Câmara está já a tomar medidas através dos Serviços de Fiscalização e solicitou inclusivamente a colaboração da P.S.P.. Fez também um apelo aos Srs. Presidentes de Junta, para que informem a Câmara, sempre que tenham conhecimento dessas situações.

Finalmente e no que se refere à construção dos Pavilhões do Galitos e do Inatel, disse que em relação ao Galitos foi fixado já o local para a sua construção, no entanto houve algumas dificuldades na aprovação do projecto e há quinze dias numa reunião com o Director Geral do Ordenamento do Território ainda se mantinha por parte da Direcção do Galitos a necessidade de rectificar alguns aspectos de pormenor. Disse tratar-se de um projecto novo e de arquitectura considerada muito boa, nomeadamente pela Direcção Geral de Desportos etc, esperando que seja aberto concurso pela Direcção do Galitos nos mese de Julho/Agosto.

Relativamente ao Pavilhão do Inatel, disse ser entendimento da Câmara que o mesmo não deve ser feito na cidade, mas sim numa freguesia contígua, que não tenha qualquer tipo de equipamento desportivo. Quanto à sua localização, prevista inicialmente para o local onde se previa implantar o Pavilhão do Galitos (Zona de Santiago, junto às Piscinas), disse que neste momento a Câmara tem muitas dúvidas sobre a sua localização, já que se trata de um grande volume de obra que do seu ponto de vista se torna excessivo para aquele local, pois o Pavilhão é enorme, tornando-se extremamente ofensivo para toda aquele zona, que do ponto de vista urbanístico está a ficar bastante agradável. Assim, pensou-se que o Pavilhão do Inatel, deveria ir por exemplo para a freguesia de Stª Joana, onde poderá haver área disponível para a construção do mesmo e onde não há equipamento desportivo. Por outro lado, o dito pavilhão satisfará perfeitamente as funções a que se destina se for um pouco para a periferia da cidade, para lá da variante. Sendo esta em síntese também a sua posição pessoal relativamente a esta matéria e muito embora não haja uma deliberação de Câmara sobre o assunto, salientou que tem vindo a fazer na abordagem do problema, este tipo de pressão sobre o Inatel no sentido de que venha a ser tomada esta opção.

Relativamente aos passeios da cidade, concretamente aos da Rua Artur Ravara, reconheceu que de facto existem alguns problemas com a colocação de pedrinha, todavia referiu que já várias vezes foi ventilada qual a política da Câmara no que diz respeito a esta matéria.

*Alim*      *Miguel*      *Costa*

Finalmente e no âmbito da toponímia, disse desconhecer se foi ou não já atribuída a uma artéria da cidade a designação de "Rua de Timor Leste", no entanto disse lembrar-se que houve uma deliberação sobre esta matéria, porém, julga que nunca mais se tenha pensado no assunto. Assim, pediu para que o mesmo ficasse anotado com vista à sua posterior resolução.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, começou por referir que perfilha as questões levantadas pelo Vogal Salavessa no que respeita ao processamento do período de inquérito do P.D.M. e considerou que seria muito importante para se avaliar e formar opinião nesse período, que se soubessem as opiniões das entidades que obrigatoriamente teriam que ser consultadas sobre a opinião que tinham daquele P.D.M. Dado que na altura tais opiniões não existiam, perguntou porque é que esses elementos que seriam basilares para se formar uma opinião não estavam disponíveis durante o período que decorreu o inquérito.

No que se refere à curva junto ao Pavilhão do Beira-Mar, referiu que a mesma não apareceu lá naturalmente, já que quando se projectou a ligação da Avenida Gulbenkian à 109-7, aparecia um projecto em que a inserção era feita quase perpendicularmente à referida 109-7, através de uma marinha, a qual praticamente não era sacrificada porque era dividida ao meio, ficando assim garantido o funcionamento da mesma. Na altura a Câmara nomeou uma Comissão de dois Vereadores, Comissão da qual disse ter feito parte e que negociou com o proprietário da marinha a cedência da mesma, mediante um acordo de custo. Esse acordo foi alcançado, tendo ficado assente que a inserção do prolongamento da Gulbenkian com a 109 - 7, seria feito praticamente de uma forma perpendicular o que seria correctíssimo. Entretanto o mandato terminou, essa Comissão também terminou e de um momento para o outro apareceu aquela solução, querendo saber por isso o que é que aconteceu para que a solução fosse aquela.

Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, disse pensar que o parecer final das entidades que deveriam pronunciar-se sobre o P.D.M., não é do conhecimento da Câmara neste momento, isto porque não teve acesso à reunião da C.T.A., por isso não tem ideia da resposta das entidades, já que esta é posterior ao inquérito público.

No que se refere à curva junto ao Pavilhão do Beira-Mar, disse que aquilo que referiu o Vogal Cruz Tavares corresponde à verdade, de facto foi negociado o terreno e a ideia inicial da Câmara era fazer a transposição directa do Pavilhão do Beira-Mar à 109-7; a Câmara efectuou contactos com o proprietário da marinha, fez-se o projecto, bem como o traçado, com vista à sua execução; simplesmente nessa altura quando se

*Almeida*      *Maria*      *Costa*

foi para a J.A.E., esta por razões que se compreende, estando feito já o estudo do nó das Pirâmides e estando também já definido que o I.P.5 do nó das Pirâmides até à Barra, seria uma Auto-Estrada, inviabilizou esta inserção perpendicular na 109-7.

No uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, começou por dizer que de facto se torna necessário tomarem-se medidas tendentes a solucionar os problemas que derivam do actual cruzamento que dá acesso à C.+S. de S. Bernardo, nomeadamente através da semaforização daquele cruzamento, bem como proceder se necessário à demolição de prédios que dificultam a visibilidade. Relativamente à curva junto ao Pavilhão do Beira-Mar, disse que a Câmara está a pensar colocar lancis próprios para este tipo de curva de modo a evitar-se a queda dos carros à Ria. No que se refere aos arbustos da Ponte da Dobadoura, reconheceu que de facto os mesmos tiram alguma visibilidade, no entanto disse que a Câmara deu já instruções aos serviços de jardins para que procedam ao respectivo corte. Finalmente e no que se refere às placas de sinalização na freguesia de Esgueira, disse que de facto há necessidade de se substituir muitas delas já que se encontram degradadas, estando neste momento já adquiridas pela Câmara, pelo que dentro em breve implementar-se-á a sua substituição.

Seguidamente no uso da palavra o Vereador Vitor Silva, referiu-se à passagem superior da variante junto do Hipermercado Feira Nova e esclareceu que a obra é da responsabilidade da J.A.E e que a Câmara já levantou também o problema da lomba perante aquela instituição, no entanto não é possível encontrar-se uma solução técnica diferente, já que a alterar-se aquela situação, iria impedir o acesso à fábrica cerâmica de de Stº António, por conseguinte e em princípio a J.A.E. não vê outra solução para o local.

Finalmente e no que se refere ao problema das taxas de saneamento, disse pensar que cumpriu apenas uma recomendação da Assembleia, que foi a de baixar o custo das tarifas, reduzindo a tarifa a zero, para os consumidores mais carenciados. Sendo isto de momento o que lhe era possível fazer, para equilibrar os custos em relação às receitas que tinha com as outras taxas inicialmente aprovadas.

Novamente no uso da palavra e no respeito ao P.D.M. o Vogal António Salavessa, disse que assume o facto da Câmara ter o direito de decidir que o processo de participação da população é aquele que a Câmara definiu, sendo portanto uma opção política da Câmara, no entanto a C.D.U. não pode deixar de sublinhar que com este processo, com este entendimento a C.D.U. não concorda, pois tem um entendimento completamente diferente do que é a discussão e a participação popular num processo do P.D.M.

*Alvim*      *ma*      *Barth*

Relativamente ao Pavilhão do Inatel, disse estar de acordo quanto ao facto da sua construção se prever agora afastada do local inicialmente previsto (zona de Santiago), já que a Câmara alega, para tanto, o grande volume da obra que iria perturbar uma zona arejada etc. Todavia, espera que fique bem registada esta posição, não vá depois esse espaço não ser utilizado pelo dito pavilhão e vir a ser utilizado por outro tipo de volumes, nomeadamente apartamentos, torres etc.

Finalmente e em relação à questão das taxas de saneamento, referiu que por aquilo que o Sr. Vereador Vitor Silva disse, está concluído o processo. Salientou no entanto que sobre essa conclusão queria deixar bem claro o desacordo da C.D.U. em relação a esse terminar do processo e ainda o apelo para que sejam tidos em conta, todos os protestos, bem como todas as reclamações e que o mesmo seja reaberto, pois este, em sua opinião, poderia ter tido outro seguimento nesta Assembleia Municipal.

Novamente no uso da palavra e relativamente ao espaço onde inicialmente estava prevista a construção do Pavilhão do Inatel(Santiago) o Sr. Presidente da Câmara, disse mais uma vez que se trata ainda de uma posição pessoal. Esclarecendo no entanto, que apesar de não haver qualquer decisão da Câmara nesse sentido, há alguma abordagem para que fique implantado naquele local as instalações do I.S.C.I.A. (Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração), pois o referido Instituto não tem instalações e uma das hipóteses que se colocou foi a de que ficasse nessa área com umas instalações muito idênticas às do I.S.C.A. , pois na opinião do Sr. Presidente se tal se vier a concretizar, não ofenderá aquele espaço, tanto como a construção do Pavilhão.

Novamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, reiterou a posição tomada na sua intervenção anterior relativa às tarifas de saneamento, considerando que, se o sr. Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados dá o assunto por encerrado, está a proceder mal, já que quem ler atentamente a acta da Câmara, em que esta ractificou a deliberação dos Serviços, a mesma refere que os próprios Vereadores queriam um estudo económico tendente a definir se as opções tomadas sobre a matéria são as mais correctas. Disse ainda estar informado que até ao momento não foi feito estudo ou pelo menos apresentado o respectivo resultado. Por isso, salientou que o assunto não pode estar encerrado. Referiu também que foi dado a entender pelo Presidente do Conselho de Administração, que os Serviços se limitaram a seguir o conselho desta Assembleia Municipal no que diz respeito à matéria, porém este órgão não produziu qualquer ideia nem sequer uma síntese sobre o processo. Em seu entender, impunha-se e impõe-se uma revisão total do articulado,

quer da postura sobre a água, quer da postura sobre as taxas de ligação etc. e logicamente também da tarifa de saneamento, pois é inaceitável por exemplo que os Serviços do Estado, incluindo serviços do tipo Matadouro, que só porque são do Estado, paguem a tarifa doméstica.

Finalmente e no que respeita ao P.D.M., disse que os pareceres deviam estar juntos ao processo, deviam de ser conhecidos do público, todavia tal não se verificou. Criticou ainda o facto de se ter colocado à discussão pública este documento, sem que tenha havido para tanto uma deliberação de Câmara nesse sentido, pois é do órgão Câmara a competência para o colocar à discussão pública e não de nenhum Vereador, nem do Presidente da Câmara. Em suma, considerou que o processo foi incompleto, incoerente, com lacunas que poderão ser graves até sob pena de alguma nulidade no avanço do processo.

Novamente no uso da palavra o Vereador Vitor Silva, disse que a ilacção de que o processo terminou em relação às tarifas de saneamento, é dos senhores membros da Assembleia, já que nunca disse que o processo estava encerrado. Prossequindo, referiu dificuldades por parte da Assembleia em fazer constituir uma Comissão para ajudar a estudar o problema. Dado que da parte deste órgão essa Comissão não surgiu, salientou que a única hipótese que tinha de momento e uma vez que o regulamento está aprovado por esta Assembleia, era e é da competência da Câmara alterar as tarifas, estas foram alteradas, o processo terá que ser analisado até por uma reestruturação total dos próprios Serviços, que de acordo com a nova legislação, importa que haja novos regulamentos, todavia referiu que se tem dado prioridade neste momento a outro tipo de coisas.

Seguidamente o Presidente da Mesa, interrompeu os trabalhos para o jantar, eram 21,45 Horas.